

Processo	01497-2007-142-03-00-1 RO		Ver	Ver	Ver
			Inteiro Teor	Andamento	Sentença
Data de Publicação	02/09/2009	DEJT	Página: 195		
Órgão Julgador	Decima Turma				
Relator	Márcio Flávio Salem Vidigal				
Revisor	Deoclecia Amorelli Dias				
Tema	DEFICIENTE FÍSICO - DISPENSA				

EMENTA: **AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA. OBSERVÂNCIA PELA RECLAMADA DOS DECRETOS VIGENTES À ÉPOCA DE CADA CONTRATAÇÃO.** A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece em seu artigo 37, VIII, que "a lei reservará o percentual dos cargos e empregos públicos para pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão" e o artigo, 7º, XXXI, a "proibição de qualquer tipo de discriminação no tocante a salários e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência". Trata-se de Normas Programáticas que dão diretrizes para que a legislação infraconstitucional possa regulamentar a inserção do trabalhador portador de deficiência no mercado de trabalho. Foram, a partir daí, editadas a Lei nº 7.853/1989, o Decreto nº 3.298/99, o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 8.213/1991. "In casu", observando a Reclamada a Constituição da República, bem como a legislação infraconstitucional quando da contratação de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o Decreto n. 3.298/1999 e Decreto n. 5.296/2004, o fato de hoje conviverem pessoas portadoras de deficiência auditiva em consonância com a legislação atual, Decreto n. 5.296/2004, com portadores de deficiência auditiva de acordo com o Decreto n. 3.298/1999, que teve seu artigo 4º alterado pelo Decreto n. 5.296/04, não implica qualquer violação às Normas de Proteção à Pessoa Portadora de Deficiência, mormente levando-se em consideração que a reclamada sempre atendeu a legislação vigente à época das contratações. Registre-se, ainda, que o trabalho foi considerado pela Constituição da República um valor social, sendo um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Tanto que a ordem econômica deve estar fundada na

valorização do trabalho, e a ordem social tem como base a sua primazia, artigos 170 e 193, também da Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, se os empregados considerados portadores de deficiência auditiva à época de suas contratações estão plenamente integrados à reclamada, não há como simplesmente ignorar tal situação e dispensá-los para que outros empregados portadores de deficiência auditiva de acordo com o Decreto 5.296/04 sejam contratados.